

A PARRHESIA COMO PRÁTICA E O ESTATUTO DO OUTRO

Eric Duarte FERREIRA (Universidade Federal de Santa Catarina)
Morgana Fabiola CAMBRUSSI (Universidade Federal de Santa Catarina)

ABSTRACT: *Based on the notions ‘care of oneself’ and the ‘other’, developed by Michel Foucault, the goal of the present work is to discuss the statute and the place of this ‘other’ in the practice of the ‘care of oneself’, approaching the practice modality of oneself called parrhesia.*

KEYWORDS: *care of oneself; other; parrhesia.*

1. Introdução

Para Foucault, o *cuidado de si* tem sempre a necessidade de passar pela relação com um *outro*, ou seja, não há *cuidado de si* sem o *outro*. Dessa asserção podem surgir algumas perguntas do tipo: quem seria esse *outro* tão fundamental para o *cuidado de si*? Ou, que “poder” tem esse *outro* a ponto de não haver *cuidado de si* sem uma relação com o mesmo? Aprofundando os questionamentos sobre o tema: qual seria o estatuto e o lugar desse *outro* na prática do *cuidado de si*?

Neste trabalho, vou me deter ao tema do *cuidado de si* com o objetivo central de discutir o estatuto do *outro*, cuja presença é necessária na prática do *cuidado de si*, abordando a modalidade de prática de si desenvolvida por Foucault chamada de *parrhesia*. O sujeito disposto a *parrhesia* precisa ser interpelado pela figura de um *outro* que possui o papel fundamental de qualificar eticamente a verdade do seu dizer para a efetiva prática desta modalidade da *espiritualidade*. Ao final, a título de ilustração do conceito de *parrhesia*, inicio uma rápida análise sobre pequenos trechos de duas entrevistas do presidente Lula, uma transmitida pelo programa *Fantástico* em 01/01/2006, e outra transmitida pela *TV Cultura* em 08/11/05, com a finalidade de discutir a possibilidade da prática da *parrhesia* no atual cenário político nacional.

2. Espiritualidade e verdade

No curso de 1982, chamado de *A hermenêutica do sujeito*, Foucault estuda as relações entre sujeito e verdade e reconstitui as origens históricas do *cuidado de si*, desde Platão até os filósofos epicuristas e estóicos dos primeiros séculos da era cristã, em contraposição ao *conhecimento de si*, tema clássico da tradição filosófica. Foucault aponta que, na historiografia da filosofia, ou mais amplamente, na história do pensamento ocidental, o *conhecimento de si* foi amplamente difundido, enquanto o *cuidado de si* foi desprezado. Entretanto, na origem dos conceitos, que se dá em torno do personagem Sócrates, de Platão, Foucault afirma que há uma espécie de subordinação do preceito do *conhece-te a ti mesmo* em relação à regra do *cuidado de si*. Segundo o filósofo, o *conhecimento de si* aparece, no quadro geral do *cuidado de si*, como uma das formas, uma das conseqüências da aplicação concreta da regra geral dos cuidados da pessoa com ela mesma.

Se formos caracterizar rapidamente as duas modalidades de conceber e praticar a filosofia, no que concerne aos elementos *sujeito* e *verdade*, podemos afirmar que no *conhecimento de si*, o qual Foucault chama também de *filosofia*, o sujeito tem acesso à verdade por um ato de conhecimento, devido a sua estrutura ontológica, e essa verdade não modifica o sujeito – sua estrutura tem de ser mantida como condição de acesso a verdade; no *cuidado de si*, também chamado de *espiritualidade*, a verdade não é dada de pleno direito ao sujeito. Nas palavras do próprio Foucault:

A espiritualidade postula que o sujeito enquanto tal não tem direito, não possui capacidade de ter acesso à verdade. Postula que a verdade jamais é dada ao sujeito por um simples ato de conhecimento, ato que seria fundamentado e legitimado por ele o sujeito e por ter tal estrutura de sujeito. Postula que a necessidade de que o sujeito se modifique, se transforme, se desloque, torne-se, em certa medida e até certo ponto, outro que não ele mesmo, para ter direito ao acesso à verdade. (Foucault, 2004, p. 19-20)

Na *espiritualidade*, o sujeito modifica-se, transforma-se, para se tornar sujeito capaz de verdade, pois, tal como ele é não é capaz de verdade. A verdade não é simplesmente dada como recompensa pelo ato de conhecimento, para preencher este ato: a verdade é o que ilumina o sujeito.

3. O cuidado de si numa relação com o *outro*

Foucault faz uma leitura cuidadosa do diálogo de Platão *Alcibíades* ao desenvolver o conceito do *cuidado de si*, que só pode formar-se numa referência ao *outro*, e mostra que os pretendentes de Alcibíades não se ocupam com o próprio Alcibíades e sim com seu corpo e a beleza de seu corpo, pois o abandonam quando ele envelhece e não é mais inteiramente desejável. Não há uma relação *mestre-discípulo* entre Alcibíades e aqueles que o abandonam, porque eles não se ocupam com o próprio Alcibíades, o que significaria, “no sentido estrito, [...] ocupar-se não com seu corpo, mas ocupar-se com sua alma enquanto ela é sujeito da ação e serve mais ou menos bem de seu corpo, de suas aptidões, de suas capacidades, etc.” (Foucault, 2004, p. 73).

A atitude de Sócrates, segundo Foucault, é a de ocupar-se com o próprio Alcibíades, com sua alma, sua alma como sujeito da ação. Têm-se aí uma diferença entre Sócrates e os enamorados e pretendentes de Alcibíades. Sócrates dirige a palavra a Alcibíades quando ele está velho, sem a beleza e o vigor da juventude. Este fato mostra que para Sócrates importa o próprio Alcibíades, enquanto alma, alma-sujeito, e não seu corpo, isto é, aquilo de que se serve, o que leva Foucault a concluir que Sócrates cuida da maneira como Alcibíades vai cuidar de si mesmo. Vemos aqui um lugar definido, uma posição de *mestre* numa relação *mestre-discípulo*, e o que define a posição do mestre é que ele cuida do cuidado que aquele que ele guia pode ter de si mesmo. Assim, conseqüentemente, o cuidado de si passa pela relação com um outro que é o mestre.

4. A noção de *parrhesia*

A figura do *outro* se torna extremamente importante, senão imprescindível, no processo de formação de si a ponto de não ser possível alcançar uma certa verdade de mim mesmo a não ser por um outro que exorta e direciona. Nesse patamar de generalidade, a necessidade de direção como fundamento de uma prática de si, característica da subjetivação antiga, nos leva a pensar que tal prática assemelha-se a prática religiosa da confissão privada¹, característica da subjetivação cristã. O indivíduo que se confessa fala de si, produz um discurso verdadeiro sobre si mesmo dirigido a um outro (seu confessor, seu mentor espiritual, etc.) que ouve em silêncio os relatos do pecador. A confissão designa a fala daquele que é dirigido e constitui o lugar da fala de si. Na confissão, o dirigido não se volta para um igual, pois o mestre é a autoridade silenciosa que ouve os pecados para exortar e absolver o pecador. Nesse sentido, de acordo com Pedro de Souza, podemos traçar uma diferença de natureza interlocutiva entre a confissão e outra forma de contar as faltas: a confidência.

[...] não pode haver confidência da parte de um só dos interlocutores. Na enunciação confidencial, os interlocutores encontram-se num mesmo nível de reciprocidade; ao contrário da confissão, cuja estrutura enunciativa impõe uma posição estatutária que separa aquele que escuta daquele que confessa. (Souza, 1997, p. 44).

A confidência caracteriza-se por ser um exercício voluntário e recíproco de fala entre dois interlocutores. A constituição do outro como interlocutor determina o tipo de prática realizada, a confissão ou a confidência. Nelas, a figura do *outro* possui estatuto e lugar diferentes. De acordo com o exposto acima, quero ressaltar a diferença entre a relação mestre-discípulo de Sócrates e Alcibíades e a fala entre dois interlocutores na prática da confidência, pois a posição de Sócrates inclina-se mais para o papel de confessor, se o compararmos pelo viés da figura do mestre que exorta, do diretor, que está acima do discípulo em sabedoria etc.

¹ O termo *privada* é utilizado aqui para designar a prática religiosa da confissão moderna. A confissão dos pecados, como ressalta Pedro de Souza (1997), surgiu entre os primeiros cristãos como uma prática pública de referência a si – o fiel dirigia-se à comunidade.

Entretanto, essa comparação torna-se problemática se pensarmos que Sócrates não se cala efetivamente na sua empreitada de cuidar do cuidado que Alcibiades terá de si mesmo. O mestre dirige a palavra e exorta o discípulo a respeito de sua displicência para com sua alma. Além disso, sabemos que o ato de se confessar é reconhecer-se como autor de alguma falta. Ao fim e ao cabo, o pecador que quer se confessar lança sobre si um olhar de reprovação, de má conduta. No caso de Sócrates e Alcibiades, é o mestre que exorta a má conduta do discípulo.

É exatamente essa tomada de palavra pelo mestre que permite a Foucault estabelecer um ponto de ruptura entre a subjetivação antiga e a subjetivação cristã. Nesta, o outro é silencioso, naquela, ao contrário, o mestre toma a palavra, como afirma Frédéric Gros (2004, p. 156):

O diretor de existência antiga se caracteriza, com efeito, por uma tomada de palavra direta, franca e que faz valer, para autenticar a verdade do que ele defende, sua própria conduta: a verdade daquilo que adiante explode em meus atos.

Assim, vemos uma modalidade de tomada de palavra franca que difere da confissão, pois é o discípulo que deve se calar. A essa modalidade, Foucault chama de *parrhesia*. Na concepção grega de *parrhesia*, a posse da verdade é garantida pela posse de certas qualidades morais, de forma que se o indivíduo possui tais qualidades quer dizer que ele tem acesso à verdade. Há uma relação estreita entre atos e palavras, pois “a *parrhesia* é um tipo de atividade verbal na qual o falante exprime sua relação pessoal com a verdade e arrisca sua vida, pois considera que o dizer verdadeiro é um dever em vista de melhorar ou ajudar a vida dos outros (assim como ele faz consigo mesmo)” (Adorno, 2004, p. 60).

Vemos em Sócrates a figura daquele que pratica a *espiritualidade*, ou o cuidado de si. Ele mantém uma relação estrita e pessoal com a verdade, ao preço de um trabalho de conversão de si. Por isso, há uma relação entre o que ele diz e o que faz. Sócrates é parresiasta, possui uma relação moral com a verdade. Para a cultura grega há uma sólida relação entre a verdade e a moral a ponto de um indivíduo imoral não poder ter acesso à verdade. A legitimidade daquilo que um indivíduo diz é atestada no campo ético, pois o que lhe dá o direito de dizer a verdade é justamente sua relação estreita com a moral.

5. A correspondência entre dizer e fazer

O *cuidado de si* diz respeito ao falar francamente no sentido performativo do termo, se assim podemos dizer - aludindo à teoria dos atos de fala de J. L. Austin -, de forma que a verdade é atestada por razões exteriores às características enunciativas, pois sua legitimidade é dada por quem fala, pela sua ética, ou, de outro modo, é atestada pela conduta de quem fala, assim como o sucesso do proferimento performativo depende de quem fala.

Segundo Austin (1990), o falante deve atender às condições requeridas para a performance selecionada a fim de validá-la, de forma que, por exemplo, eu não posso batizar alguém simplesmente dizendo “eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” se não sou a pessoa autorizada pela Igreja para fazê-lo. Se o padre pronuncia “eu te batizo...”, é exatamente o ato de batizar. Formular tal proferimento é desempenhar uma ação, o que leva Austin a afirmar que o performativo é tanto uma ação quanto um proferimento. A teoria de Austin, para o filósofo Jacques Derrida (1991), expõe a dimensão ética da linguagem porque leva às últimas conseqüências a identidade entre dizer e fazer e insiste na presença do ato na linguagem.

O peso da ética na linguagem na *parrhesia* grega reside exatamente na exigência da compenetração entre as convicções do falante, seus atos e os conteúdos do dizer, sendo um feito singular, pessoal e intransferível. Neste ponto, é clara a distinção que Foucault (2004) estabelece entre *parrhesia* e retórica. Passemos às características desta distinção. Na *parrhesia*, ocorre uma adesão do falante ao seu enunciado – uma fala engajada –, ou seja, o enunciado verdadeiro constitui uma convicção pessoal. Na retórica, o falante não necessita acreditar no que fala, pode apenas fazer acreditar, persuadir. A retórica diz respeito ao “bem-dizer”, à maneira de dizer, e não à verdade do dito. A *parrhesia* considera como principal a separação do verdadeiro e do falso, de modo que, o “dizer verdadeiro” supõe coragem, porque pode se tratar de um enunciado verdadeiro que pode ferir o outro ou provocar uma reação negativa da parte dele, enquanto a retórica procura adular o outro por meio de uma fala antiética – não correspondente aos atos – e mentirosa.

É importante ressaltar que o *outro*, aquele para o qual o *parrhesiasta* fala, não necessariamente é apenas uma pessoa, pois a *parrhesia* é uma prática destinada à coletividade e ao bem comum. O lugar natural do *parrhesiasta* é onde ele se dirige ao público.

6. *Parrhesia* no meio político?

O discurso retórico, persuasivo, por conseguinte, empolado, eloqüente, cheio de adornos e falsos brilhos, vai de encontro à *parrhesia*, que é marcada pela busca da nitidez e transparência da fala. Um dos meios em que mais vemos o uso da retórica, a título de exemplificação, é o meio o político. Não seria inédito, nem radical demais afirmarmos que o discurso de vários políticos brasileiros, longe de uma prática *parrhesiata* do dizer verdadeiro, consiste na bajulação, na persuasão. Isso todos sabemos, é lugar comum. Entretanto, é interessante perceber como e por quais motivos se torna difícil a *parrhesia* no meio político. A meu ver, esta dificuldade se constrói em grande parte devido ao *outro* e ao fato de que a *parrhesia* produz eticamente o sujeito, de forma que o indivíduo disposto ao franco falar deve possuir a obrigação de dizer a verdade, ou seja, esse sujeito é interpelado por uma ética da verdade. De acordo com Fimiani (2004), a fonte dessa obrigação da verdade – que se torna um dever moral – é a existência de um *outro* sujeito cujo estatuto é o de poder qualificar eticamente a verdade, é um igual, um *parrhesiasta*:

Esse outro sujeito não é um confessor ou diretor de consciência, ele não é magistrado, médico, psiquiatra ou psicanalista; ele não está investido de nenhuma qualificação que seja dada pela instituição ou garantida por saberes especiais, mas ele é aquele que é capaz de qualificar eticamente a verdade. Não é possível isolá-lo ou defini-lo num papel, numa função ou numa determinação qualquer. Ele é apenas um sujeito disposto a *parrhesia*: a qualificação desse outro lhe vem simplesmente do fato de ele ser, por sua vez, *parrhesiastes*. (Fimiani, 2004, p. 124-125)

A *parrhesia*, então, é uma prática a dois que pressupõe “uma relação entre iguais, iguais por suas qualidades morais e por sua finalidade ética”. Diante disto, podemos afirmar que o sujeito propenso à *parrhesia* deve comprometer-se eticamente, preparar-se para um duplo confronto que exige coragem, pois a verdade do *parrhesiasta* pode por em risco a relação entre ele e o *outro*, pode causar uma reação hostil e inesperada por parte daquele que ouve. Em razão deste fato, atentando para o que tem sido dito por muitos políticos no quadro nacional, entendemos porque é mais fácil a bajulação, a retórica, a utilização da lisonja para enganar, convencer.

Gostaria de utilizar algumas falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito das recentes denúncias de corrupção contra o seu partido, o PT (Partido dos Trabalhadores), como ilustração da dificuldade de muitos políticos em assumir uma postura *parrhesiasta* diante da população. Vários parlamentares, inclusive alguns da linha de frente do PT, foram acusados de receberem suborno e de práticas ilícitas de arrecadação de dinheiro para campanhas eleitorais. O suborno de parlamentares, neste caso, é conhecido vulgarmente, como sabemos, por “mensalão”.

Quando indagado a respeito da gravidade da crise política de seu governo e sobre o mensalão, em uma entrevista concedida ao programa *Fantástico*, que foi ao ar em 01/01/06, o presidente Lula afirma categoricamente de que não tinha conhecimento das práticas ilícitas que estavam acontecendo nos ministérios:

Pedro Bial: Como é que o presidente não sabia? Essa pergunta continua sendo feita, presidente. O senhor sabia ou não sabia?

Presidente Lula: O que é importante não é se você sabia ou não, porque se eu tivesse condições de saber, não teria acontecido. Esse é o dado concreto. Se eu tivesse condições de saber, não teria acontecido. Na medida em que soube, naquilo que diz respeito ao presidente da República, todas as providências foram tomadas. Foi afastado quem deveria ser afastado, foi punido quem deveria ser punido. Agora, a justiça faça a sua parte. E, no caso do PT, o partido fez a sua parte. (Bial, 2006)

De acordo com o que diz o presidente, se ele tivesse tomado conhecimento do “mensalão” e das irregularidades que ocorreram, teria impedido que elas acontecessem. Em outro momento, numa entrevista cedida a *TV Cultura* em 08/11/05, Lula admite a existência de práticas ilegais realizadas pelo PT durante campanhas eleitorais, mas nega a existência do “mensalão”:

Ele [o ex deputado Roberto Jefferson] foi cassado justamente porque não provou as denúncias que ele fez, no que diz respeito, por exemplo, aos mensalões. O que ele provou foi que o PT teve uma prática de financiamento de campanhas totalmente contra a história do próprio partido e isto está sendo apurado nas CPIs. [...]. Eles [Aldo Rebelo e Arlindo Chinaglia] categoricamente disseram que isso era uma peça de ficção, que não existia mensalão dentro do Congresso Nacional. E pelo que consta, até agora, não foi provado que tem mensalão. Até agora, o que foi cassado, foi cassado porque contou uma inverdade sobre o Congresso Nacional. (Neto, 2005)

Ora, em um momento o presidente confirma a existência do suborno de parlamentares, porém, afirma que não tinha conhecimento, em outro, afirma que simplesmente essas irregularidades não ocorreram. Quero chamar a atenção aqui não para a contradição que o uso da retórica, do desvio de assunto, provoca em seu discurso, mas para o fato de que, diante da população, para um discurso franco da verdade ele não pode ser qualquer um, o que sabia e não sabia, o que confirma a existência e a nega. O dizer verdadeiro tem que oferecer riscos, tem que levar a relação com o *outro*, que no caso destes pronunciamentos de Lula seria a população, à extrema tensão da ruptura possível, pois pode se tratar de verdades duras de ouvir ou que podem tirá-lo do poder, caso ele dissesse que sabia e que tinha sido conivente com a situação de corrupção. Por causa dos riscos que, para Platão, “o tudo dizer da *parrhesia* virou nas democracias um ‘dizer qualquer coisa’, um ‘dizer tudo e seu contrário’” (Gros, 2004, p. 159).

Em um outro trecho da entrevista ao *Fantástico*, o repórter Pedro Bial diz apresentar provas sobre esquemas de corrupção no congresso fazendo menção a relatórios do Banco do Brasil que mostram irregularidades e a comprovações da Polícia Federal para solicitar o parecer do presidente sobre as irregularidades, como vemos abaixo:

Pedro Bial: Acho que posso apresentar já algumas provas conclusivas para o senhor fazer um juízo de valor. Como, por exemplo, a auditoria feita pelo próprio Banco do Brasil sobre a questão do Visanet, em que dados conclusivos dessa auditoria comprovaram o desvio de R\$ 20 milhões. Além disso, o uso de 80 mil notas falsas no valerioduto - assim chamado - foi comprovado pela Polícia Federal. Isso são provas.

Presidente Lula: **Se** a Polícia Federal **está comprovando**, significa que o governo, mais do que ninguém, **está investigando**, porque o maior interessado em investigar é o próprio governo. Segundo, **tenho informações** também do Banco do Brasil de que o pagamento adiantado era uma norma, que vinha acontecendo no Brasil há algum tempo. Não é uma coisa que foi implantada na atual gestão do Banco do Brasil, a partir do momento em que tomei posse. Era uma norma que já vinha sendo implantada e isso está no relatório do Banco do Brasil, **me apresentado** pelo presidente do Banco do Brasil. E que, portanto, agora, **na medida em que há uma denúncia** feita pelo relator ou pelo presidente da CPI, na medida em que tem investigação da Polícia Federal, **na medida em que o Banco do Brasil prove** se está errado ou não, os culpados serão punidos da forma mais severa possível. (Bial, 2006)

É importante perceber no discurso do presidente Lula a omissão de suas opiniões pessoais e convicções a respeito das supostas provas de corrupção. Ele evita falar a respeito em seu próprio nome, recorrendo a informações de outrem, à não finalização das investigações do Banco do Brasil, da CPI e da Polícia Federal, como vemos assinalado nos trechos em negrito. Prefere um discurso dissimulado, truncando idéias e gerando incertezas. O parrhesiasta fala em seu próprio nome com clareza e anuncia uma verdade que é suas próprias convicções pessoais. Para finalizar, segundo Adorno (2004), a opinião do parrhesiasta “não representa mais uma alternativa à verdade, mas pelo fato de, por um lado, de ele a enunciar como tal e, de outro, de ele demonstrar que em sua vida existe coincidência entre seus atos e suas palavras, ela só pode ser a verdade”.

RESUMO: A partir das noções de *cuidado de si* e de *outro*, desenvolvidas por Michel Foucault, o objetivo deste trabalho é discutir o estatuto e o lugar do outro na prática do cuidado de si abordando a modalidade de prática de si chamada pelo autor de *parrhesia*.

PALAVRAS-CHAVE: cuidado de si; outro; parrhesia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Francesco Paolo. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, Frédéric (Org.). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, pp. 39-62.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer* – palavras e ações. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BIAL, Pedro. Entrevista exclusiva do presidente Lula ao Fantástico. *Globo Online*, 01.01.2006. Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA1099392-4005,00.html>>. Acesso em: 27.01.2006.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus, 1991.
- FIMIANI, Mariapaola. O verdadeiro amor e o cuidado comum com o mundo. In: GROS, Frédéric (Org.). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, pp. 89-128.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. Coraje y verdad. In: ABRAHAM, Tomás. *El último Foucault*. 1ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.
- GROS, Frédéric (Org.). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- NETO, Epaminondas. Lula nega "mensalão", mas admite caixa 2 no PT. *Folha Online*, 08.11.2005. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73772.shtml>. Acesso em: 27.01.2006.
- SOUZA, Pedro de. *Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.